



MÁRIO FERREIRA

Presidente da Douro Azul

O empresário acredita que a recuperação económica terá de ser o objectivo primordial a atingir nos próximos anos. E, como o caminho é longo e difícil, defende que os empreendedores são uma pedra basilar nesse caminho da recuperação. O sector do turismo, destaca, será uma dessas bases que "irá permitir a recuperação económica do país. Mas para que esse contributo seja mais significativo é fundamental manter a coesão e a união de todos os 'stakeholders' das diferentes regiões."

"É da conjugação de esforços, do trabalho na promoção internacional das nossas diferentes valências, da união e motivação de fazer mais e melhor que se processa o crescendo da actividade económica."



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

'Managing partner' da VdA & Associados

Relançar a economia, atacar o desemprego e manter a despesa pública sob controlo fazem parte do caderno de encargos que espera ver cumprido pelo governo. Para o advogado, isso passa por medidas como promover e facilitar o investimento produtivo e o empreendedorismo, mas também por uma redução da carga fiscal sobre empresas e famílias.

"Dotar as famílias e os agentes económicos com a capacidade de antecipar e planejar o seu futuro, numa base estável, responsabilizante e de confiança, é essencial para um crescimento harmonioso e uma gestão adequada dos ciclos económicos."



Paula Nunes



ELVIRA FORTUNATO

Investigadora

Se há um facto que considera "notável" é que o país, mesmo sob assistência financeira, em 2014 e pela primeira vez, deixou de ser um contribuinte líquido na investigação da União Europeia, passando a captar mais fundos. Isso traduziu-se por um elevado número de projectos e por, primeira vez, haver 17 bolsas financiadas pelo Conselho Europeu de Investigação, quase 50% das que Portugal teve em dez anos de funcionamento do próprio programa. Um rumo a manter pelo novo governo, defende.

"O progresso e desenvolvimento de Portugal muito tem a beneficiar se tiver um sistema científico e tecnológico activo, que transmita cultura e ajude a formar pessoas."



LUÍS ONOFRE

Designer de calçado

Defensor de uma "revolução positiva", o criador e empresário gostaria de ver aprovadas três medidas que iriam gerar transformações altamente benéficas para o funcionamento das empresas: diminuir o Imposto Especial por Conta, reduzir a taxa de IVA e contribuir para uma justiça mais célere e mais eficaz.

"Nas questões das insolvências e incumprimento é muito complicado estar sempre em contacto com empresas que desaparecem sem que os seus responsáveis assumam as consequências da sua má gestão. Temos de dar mais confiança aos empresários e investidores nacionais e internacionais neste ponto."



JOSÉ DA SILVA COSTA

Professor catedrático da FEP-UP

A implementação de reformas institucionais de eliminação ou combate aos obstáculos devem merecer elevada prioridade, defende o académico. Desde a reforma do sistema político à renovação da orgânica de governo, há muitos passos que poderiam encaminhar o país para um funcionamento mais eficiente.

"A contratualização do governo central com as comunidades intermunicipais, áreas metropolitanas e municípios deve continuar a merecer prioridade, mas não deve colocar em risco a coordenação a nível regional. No médio prazo poder-se-ia avançar com as reformas mais exigentes."



DANIEL FREITAS

Presidente da Federação Académica do Porto

Apostar na estabilidade do país através da correcção das contas públicas deve ser uma prioridade do próximo governo. Só assim, defende o dirigente académico, se pode ambicionar um investimento sério em áreas-chave como a educação ou em medidas como o combate ao abandono escolar ou fomento à criação de emprego.

"A reorganização da rede de ensino superior e uma mudança séria na organização do sistema de ensino superior e ciência deverão ser acções-chave, devendo existir maior disponibilidade financeira para investir nas instituições e por conseguinte nos jovens estudantes."

EDUARDO RANGEL

Presidente do Grupo Rangel

O empresário relembra que o Governo terá de continuar com "políticas que movem o investimento e continuem a aumentar a competitividade. Não se pode perder de vista que o rumo é crescer o PIB acima de 2%, controlar as contas públicas para um défice abaixo de 3% e, através de um acordo de regime, fazer as necessárias reformas. Os desafios, reforça, são gigantescos com a instabilidade da economia. É, por isso, forçoso baixar de forma drástica o desemprego, assim como fazer crescer o sector industrial num programa a 5/6 anos para passar dos actuais 12% para pelo menos 20%.

"É importante conseguir, através de um acordo de regime, fazer as necessárias reformas, ainda que isso signifique alterar a Constituição."

